

Governo nega ida imediata ao FMI

Costa Couto garante também que moratória não será suspensa agora

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, assegurou, ontem, que a suspensão da moratória e a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) são itens que não constam da pauta da negociação da dívida externa brasileira nesta primeira etapa. Segundo ele, o que está acertado, nesta primeira fase, é que o Brasil depositará, agora, 500 milhões de dólares no Banco de Compensação Internacional (BIS) enquanto que os banqueiros privados financiarão parte dos juros da dívida correspondente a 1987.

Costa Couto admitiu, contudo, que a suspensão da moratória bem como a ida do Brasil ao FMI são questões que poderão entrar na segunda etapa da negociação, que se iniciará em janeiro do próximo ano, na qual se fechará um acordo global em relação a nossa dívida externa. O ministro disse que, embora o Brasil não adote uma postura intransigente na renegociação de sua dívida externa, "tem premissas das quais não abre mão". E deu um exemplo: "medidas consideradas insuportáveis para a economia brasileira são inegociáveis, porque o Governo não pode prescindir do seu desenvolvimento. Não pode aceitar medidas que resultem em uma

asfixia para o seu crescimento" garantiu.

VARIAÇÕES MÚLTIPLAS

As linhas básicas do acordo global da dívida brasileira vão depender, fundamentalmente, do futuro da economia americana bem como da situação dos países produtores de petróleo, uma vez que esse produto é um dos itens mais pesados de nossa pauta de importação, e decisivo para o nosso saldo comercial, explicou Costa Couto. Ele não soube, justamente por essas razões, fazer uma previsão sobre a "performance" de nossa balança comercial para o próximo ano, mas disse que para este — 1987 — o saldo comercial deverá superar as previsões atingindo 10 bilhões de dólares.

Durante a entrevista, Costa Couto disse que o presidente José Sarney, na reunião de sexta-feira passada com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, recomendou que o Congresso permanecesse informado sobre a evolução da questão da dívida externa. Isto porque, acrescentou o ministro, "O Poder Executivo é responsável pela negociação, mas as soluções para este problema têm que ter respaldo do Congresso Nacional."